

Prebisch, Furtado e a Revolução Cubana

Prebisch, Furtado y la Revolución Cubana

Prebisch, Furtado and the Cuban Revolution

*Tiago Camarinha Lopes**

*Niemeyer Almeida Filho***

*Gustavo Louis Henrique Pinto****

Resumo

Este artigo avalia a relação entre Prebisch e Furtado no contexto da Revolução Cubana. A pesquisa parte de uma leitura que separa o pensamento cepalino da estrutura formal da CEPAL enquadrada na ordem geopolítica acordada nas Nações Unidas. Essa leitura defende que, desde 1948, as estruturas originais do órgão delimitam as funções objetivo da comissão de acordo com a meta de estabilidade internacional. Isto faz com que a CEPAL tenha, desde sua origem, grandes dificuldades de solucionar os problemas de desenvolvimento econômico e social do continente, explicitando sua contradição de ser, ao mesmo tempo, um gerador de ideias econômicas e um órgão subordinado à estrutura ampla de estabilidade do pós-Segunda Guerra Mundial. As tensões entre Prebisch e Furtado foram consideravelmente resultado dos acontecimentos políticos em Cuba a partir de 1959, o que reforça a tese contida nessa leitura específica sobre a CEPAL.

Palavras chave: Prebisch, Furtado, CEPAL, Revolução Cubana, história econômica da América Latina.

Resumen

Este artículo evalúa la relación entre Prebisch y Furtado en el contexto de la Revolución Cubana. La investigación parte de una lectura que separa el pensamiento cepalino de la estructura formal de la CEPAL encuadrada en el orden geopolítico de las Naciones Unidas. Esta lectura argumenta que, desde 1948, las estructuras originales del órgano delimitan las funciones

* Mestre e Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), é professor de economia na Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil. E-mail: <tiagocamarinhalopes@gmail.com>.

** Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UNB), Doutor em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: <nafilho@ufu.br>.

*** Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), é professor de sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Campus Uruaçu, Brasil. E-mail: <gulhpinto@gmail.com>.

objetivo de la comisión de acuerdo con la meta de mantener la estabilidad internacional. Esto hace que la CEPAL tenga, desde su origen, grandes dificultades para solucionar los problemas de desarrollo económico y social del continente, explicitando su contradicción de ser, al mismo tiempo, un generador de ideas económicas y un órgano subordinado a la estructura amplia de estabilidad del periodo posterior a la Segunda Guerra Mundial. Las tensiones entre Prebisch y Furtado fueron en buena medida resultado de los acontecimientos políticos en Cuba a partir de 1959, lo que refuerza la tesis contenida en esta lectura específica sobre la CEPAL.

Palabras clave: Prebisch, Furtado, CEPAL, Revolución Cubana, historia económica de América Latina.

Abstract

The paper evaluates the relationship between Prebisch and Furtado in the context of the Cuban Revolution. It departs from the interpretation that separates the ECLAC thought from its formal structure within the geopolitical order of the United Nations. This interpretation defends that, since 1948, the original lines of the United Nations constraint the aims of ECLAC. This creates difficulties for solving the problems of social and economic development of Latin America, which makes explicit that there is a contradiction between ECLAC as an independent generator of ideas and ECLAC as a part of the United Nations structure assuring the stability in the post-Second World War. The tensions between Prebisch and Furtado were in part the result of political changes in Cuba from 1959 onwards, which reinforces the above interpretation about ECLAC.

Keywords: Prebisch, Furtado, ECLAC, Cuban Revolution, economic history of Latin America.

Este trabalho intenta iniciar uma abordagem sobre os reflexos do projeto cubano de superação da exploração imperialista de um ponto de vista mais psicológico ao levantar a hipótese de que as relações pessoais entre Raúl Prebisch e Celso Furtado foram decididamente influenciadas pela ascensão de Fidel Castro ao poder. Em conjunto com isso, é defendida e aprofundada a tese inicialmente levantada por Almeida Filho e Correa (2011) de que é preciso separar a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) enquanto centro independente gerador de ideias originais para resolver os problemas sociais e econômicos dos países do sul, da CEPAL enquanto organismo atrelado à Organização das Nações Unidas (ONU) e às amarras dos acordos para a contenção dos conflitos no pós Segunda Guerra Mundial.

A criação da CEPAL no delicado equilíbrio do pós-Segunda Guerra Mundial

Hernán Santa Cruz (1984) foi professor de direito e integrou-se à ONU como representante do Chile em 1947. De acordo com seu relato da história de criação da CEPAL, desde o começo da arquitetura do mundo anti-comunista no pós-Segunda Guerra existia um esforço para chamar a atenção sobre os problemas da América Latina. No entanto, formalmente, para que algo fosse viabilizado no âmbito das

Nações Unidas era preciso fazer um pedido de criação de um órgão para lidar com esta questão. Hernán Santa Cruz, por conta do prazo curto de inclusão de pontos de pauta, não esperou a resposta oficial de seu país sobre sua proposta à ONU de solicitar a criação de um grupo oficial para lidar com os problemas econômicos do continente. Foi assim que ele encaminhou um pedido contendo o esboço de um projeto do que viria a ser a CEPAL para o secretário geral das Nações Unidas em 12 de julho 1947 (Santa Cruz, 1984:144).

O projeto justificava a necessidade de ajuda pelo esforço de guerra que a América Latina teria empreendido no período de combate aos países do eixo. Neste sentido, ele tinha propósitos similares ao Plano Marshall de reconstrução da Europa Ocidental. Segundo o argumento, a ajuda latinoamericana na Segunda Guerra teria afetado negativamente a economia do continente por meio de crises.

Percebe-se com isso que o germe inicial da proposta de criação de um programa específico para a questão econômica da América Latina era bastante pontual, sendo restrita ao objetivo de favorecer o progresso econômico do continente dentro dos princípios das Nações Unidas. A principal justificativa desse esforço era a necessidade de reconstrução no pós-guerra. É importante destacar que este momento guarda uma tensão relevante entre os Estados Unidos da América e os países que defendiam a proposta de criação da CEPAL. Por diversos mecanismos, a posição estadunidense foi a de tentar impedir a criação da comissão, visto que os Estados Unidos apoiavam a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a União Pan-Americana. Essa tensão fez com que fosse votada na conferência no México, três anos após a criação da CEPAL, a permanência do órgão. Naquele instante, o projeto poderia ter morrido infante. Contudo, também devido ao apoio fundamental do Brasil, a permanência foi garantida. A oposição dos Estados Unidos aqui indica como o esforço de conciliação de Prebisch com os norte-americanos, como será mostrado adiante, gera tensões junto aos outros membros da CEPAL com maior proximidade com os interesses de seus países.

Neste sentido, tudo leva a crer que a CEPAL iria nascer de forma “artificial”, dentro de um quadro que não tinha o propósito de resolver os problemas da periferia. A biografia de Prebisch escrita pelo historiador Dosman (2011) corrobora esta visão. Afinal, um dos papéis mais importantes de Prebisch foi trazer ao debate as grandes questões de desenvolvimento econômico dos países classificados como subdesenvolvidos. Assim, conforme a proposta foi integrando os elementos gerais dos problemas de subdesenvolvimento, a amplitude do propósito de obter apoio das Nações Unidas foi alargada, embora o cerne de tudo o que a CEPAL será, sempre foi muito claro: a estrutura hierárquica das Nações Unidas para regular as relações internacionais do pós-Segunda Guerra Mundial. É interessante destacar que nos ajustes finais do texto, a URSS, após inicialmente ter sido contrária à proposta, assim como os Estados

Unidos, tentou ser incluída como membro da CEPAL, mas tal manobra foi barrada em votação. Já os Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França e Países Baixos foram inseridos fazendo parte como membros da comissão.

Pelo que se percebe das disputas políticas nas Nações Unidas, a CEPAL nasce como esforço para aproveitar a estrutura da ONU para chamar a atenção e obter ajuda na resolução dos problemas do continente. Só que a estrutura da ONU se restringe à estabilidade e paz no pós-Segunda Guerra Mundial. Não se trata de um organismo que tenha como prioridade o desenvolvimento. O desenvolvimento econômico e social só se infiltra nesta estrutura quando se percebe que o equilíbrio de forças internacionais necessita promover o desenvolvimento como um meio para se atingir a meta de estabilidade. A própria CEPAL foi justificada inicialmente pelo esforço indireto feito pelos países latino-americanos durante a guerra, portanto, a concepção original não tinha o objetivo de sanar os problemas fundamentais da sociedade capitalista dependente latinoamericana.

No entanto, conforme o incremento do desenvolvimento se tornou essencial para alinhar o continente à política de contenção comunista, a CEPAL se transformou rapidamente num centro de reflexão de economistas, sociólogos e cientistas políticos que passaram a reproduzir a urgente demanda da população latinoamericana por avanços. Além disso, a cidade de Santiago havia virado uma espécie de lugar sagrado dos pensadores radicais perseguidos pelas ditaduras em seus países de origem. Prebisch e os demais autores que são atraídos para a CEPAL depois de sua criação darão uma linha ideológica para a comissão, chegando a transformá-la numa “escola” (Almeida Filho e Correa, 2011).¹

CEPAL: revolucionária ou reformista?

A despeito desse momento efêmero em que pareceu defender perspectivas radicais de ruptura com os moldes exploratórios que remontam ao período da acumulação primitiva, a verdade é que a CEPAL foi e sempre será um órgão limitado aos quadros objetivos das Nações Unidas, cuja meta não era e não é a solução completa dos problemas gerados de forma sistemática pelo capitalismo. Seu objetivo é garantir uma configuração de relação estável entre economias nacionais distintas que têm metas diferentes na hora de usar as técnicas de planejamento da produção e distribuição.

¹ É necessário enfatizar, com base em Dosman (2011), que a CEPAL foi criada antes de Prebisch sequer cogitar algo do tipo, tendo sido convidado para dirigir a comissão apenas depois de não ter conseguido atingir seu principal objetivo: obter um cargo no Fundo Monetário Internacional (FMI).

De um lado, a ideologia cepalina está restrita ao sistema filosófico humanista que rege as Nações Unidas. Este sistema expressa a fronteira ideológica a que se chega na primeira associação efetivamente internacional dos Estados-Nação após avaliação do que foram as duas Guerras Mundiais: a repetição em escala ampliada dos princípios dos direitos humanos proclamados na França no final do século XVIII. Não há qualquer compromisso com a Revolução Comunista que foi derrotada na Alemanha e triunfou na Rússia.

De modo similar argumenta Moreno Colmenares, para quem a CEPAL é um instrumento usado na geopolítica de formação e definição da Guerra Fria, tendo um caráter essencialmente reformista, seja ingênua ou conscientemente (Moreno Colmenares, 1971:61-71). Anos após o início de suas operações, seria correto dizer que ela teria falhado em promover o desenvolvimento, caso se admitisse que seu objetivo era este. Isto é algo que os dados estatísticos acumulados pelo próprio organismo comprovam, na visão de vários analistas, e não representa surpresa nenhuma.

Por outro lado, a técnica de planejamento da CEPAL, assim como todo procedimento de organização e coordenação da produção anárquica de mercadorias, é extremamente útil para controlar o processo de reprodução material das sociedades. Quando a crítica à visão da CEPAL se inicia de forma mais segura a partir dos anos 1960 com os teóricos da dependência e se espalha em formas variadas, não se deve imaginar que ela um dia foi uma possibilidade de ruptura. Isto seria demandar muito de uma estrutura que nasceu a serviço das relações internacionais de estabilidade para o pós-Segunda Guerra Mundial. Por esta razão, o legado da CEPAL é predominantemente técnico e não ideológico. Todo o procedimento de organização de informação, análise de conjuntura e projeção de crescimento econômico deve ser absorvido e colocado a serviço do propósito do movimento de envergadura milenar: colocar a lei do valor e a dinâmica selvagem do capitalismo de *laissez-faire* sob controle para que as funções objetivo dos trabalhadores possam ser atingidas no processo de ajuste entre produção e uso do produto social.

A CEPAL foi e é um laboratório enorme de coleta e organização de informações que são cruciais para o direcionamento dos processos econômicos e sociais rumo a objetivos socialmente determinados. Pode, portanto, ser utilizada para atingir as metas mais imediatas dos trabalhadores da América Latina.

O estrondo da Revolução Cubana sobre a CEPAL

As possibilidades para o pensamento cepalino, entre 1955 e 1960, estiveram marcadas, segundo Bielschowsky (2000:37), por três elementos do momento histórico: primeiro, foi o crescimento econômico verificado nos países latino-americanos e seguido por recorrentes instabilidades macroeconômicas e crises

inflacionárias; segundo, é o processo de industrialização e a consequente urbanização que avançava em muitos destes países, o que produz as marcas da marginalidade urbana, da pobreza rural em marcha aos centros urbanos, envolto por largas tensões sociais entre os trabalhadores rurais e urbanos; terceiro elemento, foi a Revolução Cubana, em 1959, que “teria profunda repercussão sobre a atitude norte-americana frente a tais pressões e frente à movimentação política que se alastrava na América Latina” (Bielschowsky, 2000:37).

A tensão da Guerra Fria está, portanto, no gene da CEPAL. E essa tensão aflora com toda força principalmente depois da Revolução Cubana em 1959. Apesar de ter sido criada com brevidade na estrutura das Nações Unidas, a CEPAL não possuía de imediato a infraestrutura sólida no Chile nem um cérebro que pudesse fazer uso desta estrutura. Em 1948 Raúl Prebisch se esforçava para ser contratado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), mas, de acordo com o relato de Dosman (2011), Washington tinha planos mais eficazes para um gênio do calibre dele.

“O Manifesto de Havana” (CEPAL, 2012 [1949]) apresentado na primeira conferência da CEPAL por Prebisch foi um estrondo. Era um discurso que servia perfeitamente como padrão de diálogo entre a América Latina e seu protetor norte-americano, os Estados Unidos. Na avaliação de Dosman, “tratava-se de uma receita de mudança não revolucionária e não-comunista (...)” (Dosman, 2011:281) e que havia sido cuidadosamente lapidada ao longo de três dias e três noites por Prebisch. Neste instante, a CEPAL emerge como uma instância que contém uma ideia sólida. Ela aparece magicamente como alguém que tem as chaves e sabe apontar o caminho do progresso do continente sem ser excessivamente radial. No entanto, a fase radiosa da CEPAL enquanto difusora de um grito da América Latina por igualdade, avanço e desenvolvimento iria desaparecer conforme a polarização política avançasse no continente.

Os anos seguintes levariam o cabeça da CEPAL a patamares cada vez mais estreitos de equilíbrio entre forças à direita e à esquerda. Inicialmente, Prebisch não havia dado importância maior para a criação da CEPAL, tendo aceitado o convite para dirigi-la apenas porque não havia conseguido conquistar seus objetivos primordiais de trabalhar no FMI (Dosman, 2011). Aos olhos norte-americanos, Prebisch podia ser facilmente descrito como elemento esquerdista perigoso, visto que era extremamente eclético em termos de teoria econômica e que mantinha contato com economistas e militantes notadamente do lado comunista.

Prebisch havia saído da Argentina devido à ascensão de Perón, governo com o qual não simpatizava integralmente. Assim, quando Perón é substituído por Lonardi em um golpe militar, Prebisch retorna à Argentina para participar do novo governo. Contudo, um golpe palaciano troca Lonardi, da ala nacionalista católica, por

Aramburu, da ala liberal antiperonista. Prebisch busca sair do governo, já que era adepto de uma política mais conciliatória das forças amplas que sacudiam a Argentina. Neste período Prebisch sofre fortes críticas na imprensa, proferidas tanto por setores da esquerda quanto da direita. Seus planos ortodoxos no estilo do FMI desagradam amplamente à população, que via neles o desmonte do capitalismo de Estado de Perón. É neste clima de polarização intensa que eclode a ruptura que acirra a contradição geral a que está submetida toda a América Latina depois da Segunda Guerra Mundial.

A Revolução Cubana de 1959 provocou uma reação política generalizada que forçou o alinhamento da CEPAL aos propósitos geopolíticos da formação do bloco capitalista defendidos pelos Estados Unidos. Qual foi o efeito da Revolução Cubana sobre a CEPAL?

Basicamente, a CEPAL aceitou ajudar à organização da economia de Cuba no começo. No entanto, depois, Prebisch reavaliou a situação e foi favorável a diminuir a cooperação com o regime de Fidel Castro (Dosman, 2011:403). A CEPAL concentrava muitos intelectuais, analistas e economistas simpáticos e próximos aos ideais do movimento revolucionário internacional. Alguns destes funcionários foram para Cuba para contribuir com a construção do projeto socialista daquele país e acabaram entrando em conflito com a CEPAL quando perceberam que não teriam mais apoio da comissão para lidar com os problemas econômicos da ilha agora socialista. Dois exemplos foram Juan Noyola, um mexicano da divisão vermelha da CEPAL (corrente liderada por Celso Furtado na comissão), e Jorge Ahumada. O conflito pessoal de Prebisch com alguns destes economistas ilustra a que nível o conflito global concreto ancorado na dinâmica da luta de classes afeta as relações sociais pontuais de trabalho, pois aqueles que queriam se engajar na Revolução Cubana sofriam repreensões e controle hierárquico pelo sistema da comissão subordinado à influência norte-americana nas Nações Unidas.

Neste momento, John F. Kennedy, defensor de uma estratégia anti-comunista discreta, é eleito presidente nos Estados Unidos, vencendo o anti-comunista declarado Richard Nixon. Um dos pontos de seu programa de governo era lançar a chamada Aliança para o Progresso. O grupo de países desta aliança deveria executar propaganda positiva ao sistema capitalista de economia para o desenvolvimento social. Ao mesmo tempo, a Aliança deveria repelir toda ideologia comunista. Historiadores convergem na hora de apontar a Aliança para o Progresso como uma das reações diretas do sucesso da Revolução Cubana. Devido ao discurso firme, mas enquadrado, de crítica aos problemas genéricos do subdesenvolvimento já conhecidos pelo manifesto da CEPAL, Prebisch é envolvido nos trabalhos de articulação entre diplomatas da América Latina para estruturar a Aliança e acaba redigindo a carta para Kennedy proclamar a fundação da mesma (Dosman, 2011:406; Thorp, 1998:154). O

lançamento e arranjo final é feito no Encontro da OEA em agosto de 1961 em Punta del Este, Uruguai.

Prebisch estava maravilhado com as possibilidades destas novas relações entre o continente latinoamericano e os Estados Unidos (Dosman, 2011:409). Entretanto, sua ilusão se desmanchou rapidamente. A tentativa norte-americana fracassada de invadir Cuba pela Baía dos Porcos revela ao mundo a posição decidida de Kennedy sobre revoluções em busca da superação do domínio imperialista. Com isto, as verdadeiras intenções da Aliança disfarçadas em termos de desenvolvimento e progresso ficaram repentinamente evidentes para toda a América Latina.

De toda forma, o ataque norte-americano a Cuba foi logo esquecido e a Aliança para o Progresso continuou a ser apoiada pelos seus países membros-fundadores: República Dominicana, Paraguai, México, Equador, Bolívia, Peru, Guatemala, Argentina, Venezuela, Colômbia, Uruguai, Estados Unidos, Brasil, Costa Rica, Nicarágua, Haiti, Panamá, Chile, Honduras e El Salvador (OEA, 2011 [1961]). Che Guevara foi o delegado representante de Cuba que não assinou o documento de fundação da Aliança. Em entrevista para a TV na época (Guevara, 1961), ele explica os motivos disso indicando como Cuba era previamente isolada do grupo por não ter seu governo reconhecido pelos Estados Unidos.

Então, o novo regime cubano surgia como uma alternativa que poderia interessar às economias dependentes e exploradas ao longo de séculos de formação do modo de produção capitalista e, “[...] de repente os Estados Unidos precisavam de um modelo de desenvolvimento para combater Fidel Castro [...] –com isto em vista– a CEPAL tinha o único programa que poderia ser útil [...]” (Dosman, 2011:412). O alinhamento de classe ao qual a CEPAL terá que se submeter revela o choque de estratégias para solucionar os problemas da América Latina: as reformas são bem intencionadas e podem até produzir os resultados desejados se forem implementadas com cuidado e com esforço político dentro da democracia burguesa. Só que a população trabalhadora tem pressa e a revolução atrai a consciência coletiva da classe trabalhadora assalariada sobre sua tarefa histórica.

Prebisch e Furtado: caminhos distintos

A comparação a se fazer entre Prebisch e Furtado no contexto dos anos 1960 é que há um distanciamento entre os dois quanto à orientação do planejamento. Furtado revela uma atenção específica às reformas e à democracia entre 1958 e 1964 que Prebisch não compartilhava integralmente. Apesar dessa divergência, a Revolução Cubana trouxe também um ponto de encontro entre os dois, já que ambos se distanciavam de qualquer posicionamento revolucionário e guerrilheiro. A principal diferença é que Furtado busca sempre uma explicação muito crítica aos Estados

Unidos, que se firma na década de 1960 e se aprofunda nos seus textos da década de 1970, enquanto Prebisch não só pensou como atuou ao lado do imperialismo norte-americano.

Dos dois autores em torno da CEPAL que desejamos focalizar com maior atenção,² Prebisch e Furtado, a partir do impacto cubano, interessa delinear, primeiro, a posição de Prebisch na consolidação da aproximação da Aliança para o Progresso e os Estados Unidos com a CEPAL e o recém-criado Instituto Latinoamericano de Planeación Económica y Social (ILPES), campo de abertura para a segunda corrente assinalada por Solari, Franco e Jutkowitz (1976). Interessante assinalar a vinculação que Guillén (2007) faz do trabalho de Prebisch, *Hacia una dinámica del desarrollo económico*, de 1963, com o programa reformista da Aliança para o Progresso, a estratégia de Kennedy para “enfrentar los retos que significaba el ascenso de la revolución cubana”. No segundo momento assinalamos algumas considerações do “efeito Cuba” sobre Furtado no início da década de 1960, o que o próprio Furtado considerou em “A fantasia desfeita” (1997b:203) como “a síndrome de Cuba entre os norte-americanos”, que gerou fortes consequências sobre as relações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso. A partir da identificação das posições de Prebisch e de Furtado no início da década de 1960, caminhamos na conclusão dos lugares estabelecidos por cada um destes dois pensadores diante do avanço estadunidense e do efeito “Cuba”. Há uma posição crítica de Furtado a Prebisch (1963), expressa em “Os ares do mundo” (1997c), quanto ao papel do desenvolvimento, em momento que Furtado discute o impacto gigantesco da Revolução Cubana e os destinos do pensamento desenvolvimentista, no início do exílio em 1964, no qual a teoria da estagnação e a dependência estavam em gestação; aí, na revisão e crítica do estruturalismo, em 1964, está fortemente expressa uma cisão entre os cepalinos, que distancia politicamente Furtado e Prebisch.

A relação entre os Estados Unidos e a CEPAL foi conflituosa desde o início: desde que a CEPAL foi proposta, em 1947, pela delegação chilena no Conselho Econômico e Social –ECOSOC, *United Nations Economic and Social Council*–, e na sua fundação no ano seguinte (1948), os Estados Unidos ofereceram resistência à sua criação. Segundo Hernán Santa Cruz (1995), os Estados Unidos apontavam a duplicação de esforços se apoiassem a criação da CEPAL, já que a União Pan-Americana criou, em 1945, o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), que em 1948 se tornaria a Organização dos Estados Americanos (OEA), organismos internacionais de forte influência estadunidense. No texto de fundação da CEPAL, que é a Resolução 106 (VI) da ECOSOC, Estados Unidos estabeleceram no dispositivo de número 16 que a ECOSOC

² Sobre demais autores ver D’Aguiar (2017); Guillén (2017); Mallorquín (2005:36); Meireles (2017).

submeterá a CEPAL, até 1951, “a un examen especial de los trabajos de la Comisión con objeto de determinar si ésta debe cesar o continuar y, en caso de que continúe funcionando, qué modificaciones deben ser introducidas en sus atribuciones, si hubiera lugar a ello” (CEPAL, 1987:239), elemento que colocaria à prova os trabalhos da CEPAL. O próprio Furtado relata em “A fantasia organizada” (1997a:217) como a luta pela sobrevivência da CEPAL, em sua conferência de 1951, no México, em que os Estados Unidos desejavam “liquidar a Comissão”, era a batalha entre “Davi e Golias”, já que os membros da CEPAL conseguiram apoio para legitimar a persistência do organismo frente aos ataques estadunidenses.

Prebisch teve papel ativo, conforme assinala Pollock (1987:73), sobre as ideias empreendidas na Carta de Punta do Leste, de 1962, um marco na exposição de motivos da Aliança para o Progresso e nas novas relações dos estadunidenses com os países latino-americanos. A defesa da planificação nacional presente na referida Carta, reproduz “em forma quase exata as recomendações formuladas pela CEPAL no informe de Quitandinha”, referindo-se ao documento *Una introducción a las técnicas de planificación* de 1955. Iglesias (2006:7) afirma que a Aliança para o Progresso “[...] adotou a linguagem de Raúl (Prebisch) em integração e desenvolvimento”, de modo que Prebisch “estabeleceu a agenda” da integração regional.

Em entrevista, o próprio Prebisch afirma a respeito de ter sido o “promotor” da Aliança para o Progresso: “[...] debo decirlo que yo no fui su promotor, pero me subí al carro tan pronto como comenzó a moverse. No fui su promotor porque me opusiera, sino porque así sucedió. Subrayo este hecho porque mucha gente cree que yo fui su autor intelectual” (Pollock, Kerner e Love, 2001:18). Prebisch também rechaça o nome dado ao programa, como algo similar a uma “Santa Aliança” de salvação para os latino-americanos. Afirma que “se supunha” que ele presidiria o Comitê (CIAP), porém o governo argentino não indicou seu nome, o que fez sua contribuição no CIAP ter caráter apenas de um consultor. Dos motivos que levaram a impossibilidade da Aliança para o Progresso, Prebisch (Pollock, Kerner e Love, 2001: 19) alega os interesses comerciais adversos dos Estados Unidos, que criticavam a reforma social, e os interesses das elites terras-tenentes da América Latina, que resistiram à reforma agrária.

A reforma agrária significa ponto de destaque na análise, pois assinala distinção fundamental entre a posição estadunidense, conformada na Aliança para o Progresso e alinhada com o posicionamento de Prebisch, aspectos que se distanciavam do processo cubano de reforma agrária a partir da revolução. A. Gurrieri identifica a reforma agrária em Prebisch, em seus trabalhos do início dos anos de 1960, como uma proposta “subordinada aos objetivos fundamentais do desenvolvimento [...] A democratização da propriedade e da renda no meio rural, presente na posição de Prebisch, se tratava da eliminação da desigualdade da estrutura agrária, o que também

é um meio para estimular a acumulação de capital e o uso eficiente da terra” (Gurrieri, 2011:57).

Furtado desde o início da década de 1960 (1959-1962) atuava pela consolidação da SUDENE, instituição que teve o interesse da Aliança para o Progresso e do governo de Kennedy. Em “A fantasia desfeita” (1997b:173), Furtado relata a vinda de uma missão estadunidense de assessores de Kennedy, em 1961, para “informar-se da problemática nordestina”, o que resultou também no conhecimento pela missão da situação das Ligas Camponesas. Desta aproximação com a SUDENE, rendeu a Furtado visita ao presidente Kennedy, ao Departamento de Estado e a ministérios, na busca de apoio e financiamento através de organismo multilateral, como o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), para os projetos da SUDENE. Furtado (1997b:184) afirma que a Casa Branca tinha interesse “em dar exemplaridade ao caso do Nordeste”, aventando a possibilidade de financiamento no montante de 400 milhões de dólares.

O que foi efetivamente proposto pela Aliança para o Progresso, como “chamarizes”, segundo Furtado (1997b:205), a partir do relatório proposto por outra missão estadunidense de técnicos do Departamento de Estado que visitou o Nordeste em 1962, eram “operações de fachada”. Furtado relaciona a posição que se conformou por parte dos Estados Unidos quanto ao Nordeste e a SUDENE, como síndrome do momento cubano e o temor das Ligas Camponesas, e afirma: “A verdade é que a síndrome de Cuba impedia os norte-americanos de ver a realidade” (Furtado, 1997b:205). A SUDENE, que poderia ser um caso de exemplaridade, torna-se aos olhos da Aliança para o Progresso, segundo Furtado, “parte do problema e não da solução”.

A “síndrome de Cuba” e a ameaça comunista, subversiva, dissociara a SUDENE dos objetivos da Aliança para o Progresso. M. C. Lima (2009) afirma que além das tensões enfrentadas no interior da SUDENE com a disputa pela alocação de recursos entre os governos estaduais do Nordeste, entre os anos de 1961 e 1963, os governadores sofriam de “fobia da reforma agrária”. Lima aponta que em outubro de 1961 a SUDENE discutia “a modificação da estrutura agrária da zona açucareira” (2009:241), em termos de capitalizar e tornar produtivas terras possivelmente desapropriadas no entorno de ferrovias.

A reforma agrária constitui ponto central na relação da SUDENE com os Estados Unidos. Quando em 1961 o governo Kennedy se aproximou da SUDENE, decorria o processo de deslocamento populacional da região do estado de Pernambuco para o Maranhão, no qual Furtado (1997b) e a SUDENE desejavam projetar um plano de ação sobre essa migração no Nordeste, o que levou o governo estadunidense a acenar positivamente em apoio a esta intenção de política pública. Segundo Lima, o incentivo

estadunidense tinha o “intuito de minimizar os conflitos no campo, que chegavam a questionar a propriedade latifundiária” (2009:241), já que estes conflitos tinham potencial para um desfecho num “processo similar ao cubano”. No outro ano, em 1962, no mesmo momento que Furtado discutia a utilização de “3 milhões de hectares de terras úmidas sem utilização no Nordeste”, Lima afirma que o avanço dos Estados Unidos em acordos bilaterais com os governos estaduais nordestinos, na contraposição à SUDENE, era uma posição dos estadunidenses que desejava “enfraquecer o órgão máximo da região, desmoralizá-lo e dar suporte à hegemonia do latifúndio” (2009:244).

ESTUDIOS LATINOAMERICANOS, NUEVA ÉPOCA, NÚM. 42, JULIO-DICIEMBRE, 2018, PP. 17-34.

Oliveira, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a SUDENE, em 1978, reafirma o caráter capitalista, de modo que “a SUDENE não era uma proposta socializante; ao contrário, a SUDENE era e sempre foi uma proposta de reforço e modernização do próprio capitalismo no Brasil” (2009:212). Furtado não defendia a reforma agrária a partir do controle estatal amplo e centralizado, como a revolução cubana realizou. Em afirmação do próprio Furtado (1997b:189), o autor se posiciona sobre as possibilidades da Aliança para o Progresso para o Nordeste em diálogo com Ernesto “Che” Guevara, durante a realização da Conferência de Punta del Este, em 1962. Furtado defendeu que a linha de Richard Goodwin e os assistentes de Kennedy poderia avançar em determinados países ligados através da Aliança para o Progresso. Interessante neste diálogo que Furtado relata com Guevara, foi a defesa do economista de que o “contexto nacional brasileiro permite pensar em mudanças estruturais no âmbito regional sem rupturas institucionais”, e Furtado conclui que diante da impossibilidade deste caminho por ele escolhido, colocaria o “chapéu na cabeça e me retiraria”. A reflexão de Furtado conseguinte ao encontro com Guevara vale como testemunho da posição política enfrentada por Furtado naquele momento, ao dizer assim:

Ficou-me, como um travo amargo, a sensação de que havia querido explicar-me, justificar-me. Por que não dissera claramente que não aceito a revolução como opção, exceto para enfrentar uma ditadura? Tentar mudanças sociais por meios violentos em uma sociedade aberta, com governo representativo e legítimo, é meter-se por um túnel sem saber onde ele vai dar. Não era o caso de falar dessas coisas a Guevara, que, sendo um herói, era prisioneiro das circunstâncias que lhe permitiram alçar-se muito acima do que é corrente na vida de pessoas ordinárias como nós (Furtado, 1997b:190).

A expectativa que Furtado afirma, diante de Guevara, quanto à ação estadunidense sobre a SUDENE via Aliança para o Progresso, é alguma possibilidade de financiamento para as “mudanças estruturais” a partir das políticas de planejamento da SUDENE, o que politicamente significava sem recorrer às “rupturas institucionais”. Rapidamente ao longo do ano de 1962, Furtado relata a sua compreensão sobre a impossibilidade

da colaboração estadunidense com a SUDENE. A “síndrome de Cuba”, a ameaça revolucionária, principalmente a partir da questão agrária nordestina e das tensões sociais no campo, foram fortes entraves ao apoio estadunidense à experiência da SUDENE.

A posição política de Furtado, de forte inspiração socialdemocrata de base nacionalista, com intervenção estatal, de fundo republicano, explicitamente se distancia de saídas revolucionárias ligadas ao marxismo-leninismo. Em *A pré-revolução brasileira* (1962:26) Furtado afirma que as “revoluções de tipo marxista-leninista” foram eficazes em realizar “profundas transformações sociais”, pois Cuba e China eram países com rígida estrutura social, mas o ônus apresentado é o fato destes lugares terem estabelecido “um regime ditatorial ou a exclusão das liberdades individuais”. Furtado, em 1962, se esforça por distanciar-se dos “métodos revolucionários” do marxismo-leninismo, e defende as transformações sociais em “sociedades abertas”, o que não compreende ditaduras ou restrição de liberdades. O efeito da Revolução Cubana deslocou Furtado, em certos momentos, para o campo do antiamericanismo, mais próximo do comunismo e da esquerda. Sua defesa do planejamento democrático e seus apontamentos em *A pré-revolução brasileira* (1962) ao revés da revolução, pensava sim reformas, como a agrária e a tributária, em regimes democráticos, sem rupturas drásticas, e dentro da ordem capitalista.

O trabalho de Prebisch, *Hacia una dinámica del desarrollo económico* (1963), foi para Guillén (2007) um flagrante movimento de aproximação da CEPAL com os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso. Foi neste “Décimo Período de Sesiones de la Cepal”, de 1963, que se formalizou a criação do Instituto Latinoamericano de Planeación Económica y Social (ILPES), instituição apoiada pela Aliança para o Progresso dos Estados Unidos, em forte oposição à Revolução Cubana. Segundo Gabay (2010:108), se trata do “fantasma” de Prebisch na CEPAL e no ILPES pós a sua saída (1963), pois a presença estadunidense se ampliou nestes organismos em decorrência dos acordos que Prebisch legou à CEPAL e ao ILPES.

Furtado sempre reconheceu o legado de Prebisch, como em “A fantasia desfeita” (1997b:257), em que Furtado intitula de *farewell* a Prebisch na cerimônia de encerramento das Sessões da CEPAL de Mar del Plata (1963), em que o brasileiro presidiu e rendeu homenagem ao legado de Prebisch, momento derradeiro do argentino a frente da CEPAL. No momento do exílio de Furtado, em 1964, de releitura e crítica do pensamento cepalino por parte dos intelectuais localizados no Chile, Furtado confronta as posições de Prebisch (1963) adotadas em *Hacia una dinámica del desarrollo económico*. Furtado afirma em “Os ares do mundo” (1997c:70-71), que o pensamento de Prebisch que os estruturalistas enfrentaram em 1964, quando Furtado sai para o exílio e se estabelece em Santiago, se tratava de ideias que “conduziam, ainda que de forma indireta, a uma disjuntiva desconcertante”: diante

da situação latino-americana de estagnação, em 1964, a escolha para Prebisch seria entre o desenvolvimento de mercado interno, possível com um regime autoritário, e o desenvolvimento aberto, aquele que é compatível com a democracia, o que para Furtado “pressupunha um quadro internacional bem distinto do que então prevalecia”. Outra crítica é que Prebisch via “no Estado o instrumento de importantes funções no plano social com vistas a superar os obstáculos estruturais que inibiam o desenvolvimento”. Assim se posiciona Furtado (1997c:71) sobre Prebisch naquele momento: “Parecia-me que essa era uma visão idealista do papel que podia desempenhar o Estado nas condições de subdesenvolvimento. Reduzir o consumo dos grupos de altas rendas, dizia eu, já constitui por si só uma autêntica revolução”.

Nesse momento da crítica, em 1964, Furtado (1997c:71-72) assinala para as impossibilidades da via democrática sem as respectivas transformações políticas, e reafirma novamente a força do processo cubano, através de um diálogo com outro cevalino, o sociólogo espanhol José Medina Echavarría. Furtado diz que “a crise cubana, afirmava Medina, havia acelerado os acontecimentos, desempenhando entre nós o papel que coube à Revolução Russa na Europa”, de modo que a “revolução castrista” levava “ao bloqueio da via democrática na América Latina”. Interessante a ressalva de Echavarría que Furtado constata, após a crítica endereçada a Prebisch. As transformações sociais e a “mobilidade social” como estratégias de desenvolvimento, para Prebisch (1963:15), conforme apontado em *Hacia una dinámica del desarrollo económico*, necessitam ocorrer em sociedades abertas e democráticas, cuja “resistência pertinaz a realizá-las poderia forçar a outros homens igualmente inspirados a prescindir do jogo democrático para lograr este propósito”, como se ao longo do tempo pudessem recuperar as “oportunidades de sana evolução democrática” que perderam na “competição social” (*contienda social*). Aqui se identifica específica oposição de Prebisch ao processo cubano.

Furtado ao longo de sua trajetória, não estabeleceu um posicionamento oposicionista tão radical em relação à Revolução Cubana, pelo contrário, reconheceu os esforços igualitaristas do governo revolucionário. Em *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*, Furtado afirma a respeito dos “ideais socialistas” da Revolução Cubana: “cujos objetivos igualitaristas se explicitaram no grande esforço para melhorar rapidamente as condições de vida das massas, constituem o fator condicionante básico de todo o processo econômico” (1978:328). E Furtado segue sinalizando que as “grandes vitórias” (1978:328-329) nas áreas da educação, saúde, mobilização do povo e integração no processo político, “demonstraram cabalmente a capacidade excepcional dos líderes revolucionários”. Furtado (1978:330) apresenta um “dilema filosófico” que está na “raiz das revoluções socialistas”, e que pode ser identificado no processo cubano até meados da década de 1970. Tal dilema seria a conformação de dois grupos: aqueles que “supõem que a liberação do homem (a destruição das estruturas sociais e psicológicas que inibem

ou deformam sua criatividade) deve preceder a busca da eficácia econômica” e aqueles que acham que “nenhuma vitória no plano humano será duradoura se não se amplia substancialmente, desde o início, a base material da sociedade”.

Conclusão

Assim, a Revolução Cubana e suas implicações sobre a relação dos Estados Unidos com a América Latina, principalmente através da CEPAL e da SUDENE, significou também um processo de distanciamento político e intelectual entre Prebisch e Furtado no início da década de 1960. Não se trata nem de um posicionamento explícito sobre o processo cubano por parte de algum dos dois, nem de uma ruptura entre Prebisch e Furtado, mas da conjuntura histórica e da trajetória destes sujeitos que conformaram caminhos distintos, como foi demonstrado até aqui.

Prebisch, e sua aproximação com a Aliança para o Progresso e os Estados Unidos, e Furtado, em meio à construção da SUDENE e sua luta pelo desenvolvimento do Nordeste com as “reformas de base”, representam trajetórias que impuseram também diferentes relações com os Estados Unidos, em meio a distintos comprometimentos com reformas estruturais. Apesar de terem seguido caminhos diferentes no que tange às relações internacionais com o imperialismo norte-americano, ambos os autores tinham pontos em comum contra a estratégia de tomada imediata do poder político e por isso, ambos não percebiam a Revolução Cubana como guia ou exemplo a ser seguido por seus respectivos países.

Bibliohemerografia

- ALMEIDA FILHO, N. e V. P. CORREA (2011), “A CEPAL ainda é uma Escola de Pensamento?”, em *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, Instituto de Economia, UFRJ, vol. 15, núm. 1.
- ARAUJO, P. S. (2013), *Desenvolvimento dependente latino-americano no século XXI: desigualdade e padrão de reprodução*, Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Tese de doutorado.
- BIELSCHOWSKY, R. (2000), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, Rio de Janeiro, CEPAL/COFECON.
- CAMARINHA LOPES, T. (2011), *Planejamento econômico para a industrialização e o desenvolvimento: o Brasil entre as lógicas de mercado e controle (1930-1956)*, Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Dissertação de Mestrado em Economia.
- CARCANHOLO, M. e P. NAKATANI (2007), “A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos sessenta”, em *Outubro*, núm. 15.
- D’AGUIAR, R. F. (2017), “Os anos mexicanos de Celso Furtado”, em *Cadernos do*

- Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado, vol. 12, núm. 20, enero-junio.
- DI FILIPPO, A. (2007), "La escuela latinoamericana del desarrollo: tensiones epistemológicas de un movimiento fundacional", em *Cinta de Moebio. Revista de Epistemología de Ciencias Sociales*, núm. 29.
- DOSMAN, Edgar J. (2011), *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado.
- FURTADO, C. (1962), *A pré-revolução brasileira*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- FURTADO, C. (1978) [1975], *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- FURTADO, C. (1997a), "A fantasia organizada", em C. FURTADO, *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, São Paulo, Paz e Terra, vol. 1.
- FURTADO, C. (1997b), "A fantasia desfeita", em C. FURTADO, *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, São Paulo, Paz e Terra, vol. 2.
- FURTADO, C. (1997c), "Os ares do mundo", em C. FURTADO, *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, São Paulo, Paz e Terra, vol. 3.
- GABAY, E. (2010), "El 'fantasma' de Prebisch: el ILPES entre 1963 y 1969", en *Cuaderno de Ciencias Sociales*, Costa Rica, FLACSO, núm. 153.
- GUEVARA, E. (1982) [1964], "O sistema orçamentário de financiamento", em E. GUEVARA (1982), *Textos econômicos para a transformação do socialismo*, Porto Alegre, Edições Populares.
- GUILLÉN, A. (2007), "Raúl Prebisch, crítico temprano del modelo neoliberal", em *Economía UNAM*, México, vol. 4, núm. 10, enero-abril.
- GUILLÉN, A. (2017), "Las huellas del estructuralismo en México: Juan Noyola y Celso Furtado en torno al desequilibrio externo y sus derivaciones teóricas", em *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado, vol. 12, núm. 20, enero-junio.
- GURRIERI, A. (2011), "A economia política de Raúl Prebisch", em R. PREBISCH, *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado.
- IGLESIAS, E. V. (2006), "Raúl Prebisch y David Pollock: la causa del desarrollo", em *Raúl Prebisch: el poder, los principios y la ética para el desarrollo*, Buenos Aires, BID/INTAL.
- KEYNES, J. M. (1992) [1936], *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, São Paulo, Atlas.
- LIMA, M. C. (2009), "O Conselho Deliberativo da Sudene", em C. FURTADO *et al.*, *O Nordeste e a saga da Sudene: 1958-1964*, Rio de Janeiro, Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado.
- LUXEMBURG, R. (1986) [1900], *Reform or Revolution*, London, Militant Publications.
- MALLORQUÍN, C. (2005), *Celso Furtado: um retrato intelectual*, São Paulo, Contraponto.

- MANNHEIM, K. (2005) [1943], *Diagnóstico de nuestro tiempo*, México, Fondo de Cultura Económica.
- MARINI, R. M. (2012), *Subdesenvolvimento e revolução*, Florianópolis, Editora Insular.
- MARX, K. (1968) [1862-1863], *Theories of Surplus Value*, Moscou, Progress Publishers.
- MARX, Karl e F. ENGELS (2004) [1848], *Manifest der Kommunistischen Partei*, Paderborn, Voltmedia.
- MARX, Karl e F. ENGELS (2004), *MEGA (Marx-Engels Gesamtausgabe)*, Berlin, Akademie Verlag.
- MEIRELES, M. (2017), “Reler Celso Furtado: discussão sobre a estagnação brasileira”, em *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado, vol. 12, núm. 20, enero-junio.
- MORENO COLMENARES, José (1971), *CEPAL, reformismo e imperialismo*, Caracas, Ediciones Bárbara.
- OLIVEIRA, F. (2009), “Depoimento na CPI sobre a Sudene 1978”, em C. FURTADO *et al.*, *O Nordeste e a saga da Sudene: 1958-1964*, Rio de Janeiro, Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado.
- OSORIO, J. (2012), “Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica”, em C. FERREIRA, J. OSORIO e M. LUCE (orgs.), *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*, São Paulo, Boitempo.
- POLLOCK, D. H. (1978), “La actitud de los Estados Unidos hacia la CEPAL: algunos cambios durante los últimos 30 años”, em *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, núm. 6, 2º. semestre.
- POLLOCK, D. H. (1987), “Raúl Prebisch visto desde Washington: una percepción cambiante”, em *Comercio Exterior*, vol. 37, núm. 5, mayo.
- POLLOCK, D. H., D. KERNER e J. L. LOVE (2001), “Entrevista inédita a Prebisch: logros y deficiencias de la CEPAL”, em *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, núm. 75, diciembre.
- PREBISCH, R. (1963), *Hacia una dinámica del desarrollo económico*, México, Fondo de Cultura Económica.
- SANTA CRUZ, H. (1984), *Cooperar o perecer. El dilema de la comunidad mundial. Tomo I. Los años de creación: 1941-1960*, Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano.
- SANTA CRUZ, H. (1995), “La creación de las Naciones Unidas y de la CEPAL”, em *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, núm. 57, diciembre.
- SOLARI, A., R. FRANCO e J. JUTKOWITZ (1976), *Teoría, acción social y desarrollo en América Latina*, México, Siglo XXI.
- SOUZA, N. de A. (2013), “Teoria marxista das crises, padrão de reprodução e ‘ciclo longo’”, em N. ALMEIDA FILHO (organizador), *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*, Brasília, IPEA.

- THORP, Rosemary (1998), *Progreso, pobreza y exclusión: una historia económica de América Latina en el siglo XX*, Washington, BID.
- VIZENTINI, P. F. (2004), *A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana*, Porto Alegre, Leitura XXI.
- WASSERMAN, Cláudia (1992), *História Contemporânea da América Latina: 1900-1930*, Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- WOLFE, M. (1982), “Reflexión crítica sobre desarrollo, racionalidad y planificación”, em F. H. Cardoso *et al.*, *Medina Echavarría y la sociología latino-americana*, Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericana.

Documentos

- CEPAL (2012) [1949], *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*, Santiago de Chile, CEPAL.
- CEPAL (1987), *Antecedentes sobre la creación de la CEPAL: fotocopias de documentos de la Asamblea General y del Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas*, Santiago de Chile, CEPAL.
- GUEVARA, E. (1961), “Entrevista al Che Guevara, agosto 1961, Punta del Este”, em *Youtube*, 1 de julho de 2010. Dirección URL: <<http://www.youtube.com/watch?v=4phDjF7uMGU>>.
- OEA (2011) [1961], “Carta de Punta del Este. Establecimiento de la Alianza para el Progreso dentro del Marco de la Operación Panamericana. Punta del Este, Uruguay, 1961”, em J. BESA GARCÍA (organizador), *ILPES. Quincuaginta anni: 1962-2012. Tomo II. Documentación Oficial Acerca de su Creación y Evolución*, Santiago de Chile, CEPAL.

Recibido: 11 de octubre de 2017

Aprobado: 4 de mayo de 2018